A Cloids La

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 21 de junho de 2023 • Nº 1584 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br



Comissão conclui aprovação da desoneração da folha até 2027

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou ontem, em votação suplementar, o projeto de lei que prorroga até o fim de 2027 a desoneração da folha de salários para empresas de 17 setores da economia. A decisão teve caráter terminativo e, por isso, o texto pode seguir direto para a Câmara dos Deputados. A base do governo Lula (PT), entretanto, pretende apresentar um recurso para que o projeto seja analisado pelo plenário do Senado. A ideia é ganhar tempo e empurrar a votação para o segundo semestre, quando se espera que o arcabouço fiscal e a reforma tributária já estejam aprovados. PÁGINA 2

Lula veta parte de mudanças e Marina retoma atribuições

O presidente Lula (foto) vetou ontem mudanças aprovadas pelo Congresso na Medida Provisória) que estruturou a Esplanada e devolveu atribuições aos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e do Meio Ambiente, Marina Silva. O chefe do Executivo reverteu a transferência das atividades de inteligência do Executivo federal da Casa Civil para o GSI (Gabinete de Segurança Institucional). O movimento dos parlamentares de transferir essa responsabilidade para o GSI havia sido visto pelo Planalto como um recado de insatisfação com o ministro da Casa Civil, Rui Costa. Lula também vetou o dispositivo aprovado pelo Congresso que transferia a Política Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional. A mudança foi aprovada devido à articulação do centrão e da bancada ruralista para esvaziar Marina Silva, vista como entrave para implementação de políticas para o agronegócio. O CAR (Cadastro Ambiental Rural), que também foi alvo de deputados ligados ao agronegócio, foi mantido por Lula longe do alcance de Marina. PÁGINA 3

SILVINEI VASQUES

SENADO



Ex-PRF golpista mente em depoimento na CPMI do 8/1

Diretor-geral da PRF (Polícia Rodoviária Federal) no governo de Jair Bolsonaro (PL), Silvinei Vasques (foto) afirmou à CPMI do 8 de janeiro ontem que a corporação é alvo da "maior injustiça" da história e negou que ela tenha atuado para prejudicar eleitores de Lula (PT) no dia do segundo turno das eleições. Primeiro depoente da CPI, Silvinei foi convocado por causa das fiscalizações em rodovias federais no segundo turno das eleições. A suspeita é a de que, sob comando dele, a PRF tenha tentado dificultar a chegada de eleitores do hoje presidente e então candidato Lula às urnas. "Isso não é verdade. Porque é no Nordeste brasileiro é que temos nove estados, nove superintendências. Temos a maior estrutura da PRF no Brasil, a maior quantidade de unidades da PRF", afirmou em depoimento. PÁGINA 3

CÚPULA

França anunciará repasse de US\$ 100 bi para o clima

Um acerto de contas deve abrir a Cúpula do Novo Pacto de Financiamento, a ser promovida pelo governo da França amanhã e sexta-feira. Já na cerimônia de abertura, os franceses devem anunciar o cumprimento da promessa de destinar US\$ 100 bilhões para ações climáticas nos países em desenvolvimento. Feita em 2009 pelo bloco desenvolvido, a promessa de arrecadação inclui esforços do setor privado e tinha como prazo o ano de 2020. PÁGINA 4

OPORTUNIDADE



Alckmin: reforma tributária precisa ser aprovada logo

O presidente da República em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin (foto), avaliou ontem que a janela de oportunidade para aprovação da reforma tributária é agora, e que o texto, a ser discutido na forma de uma emenda constitucional, tem que ser discutido e aprovado ainda este ano. "Acho que o presidente (da Câmara) Arthur Lira colocou bem, o debate está maduro e tem que ser agora", disse Alckmin. PÁGINA 2

INDICADORES																			
IBOVESP	IBOVESPA: -0,2% / 119.622,40 / -235,36 / Volume: R\$ 25.621.910.140 / Negócios: 3.977.085 Bolsas no mundo														R\$ 1.320,00	IGP-M	-1,84% (mai.)	EURO turismo	
Maiores Altas		Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento %			Ufir	R\$ 4,3329	IPCA	0,23% (mai.)	Compra: 5,2647	Venda: 5,4447			
	Preço ^c	6 Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Dow Jones	34.053,87	-0,72	Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
BRF SA ON NM	9.70 +4.	86 +0.45	EMBRAER ON NM	19.26	-4.65	-0.94	VALE ON NM	67.61	-2.58	-1.79	NASDAQ Composite	13.667,293	-0,16	(03/05)	13,75%	0,66	até o dia 20/jun.	Compra: 4,7924	Venda: 4,7930
ENERGISA UNT N2	47.02 +4.	28 +1.93	BRASKEM PNA N1	30.05	-2.91	-0.90	PETROBRAS PN EDJ N2		+0.49		Euro STOXX 50			Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
RAIZEN PN N2	4.150 +4	53 +0.180	VALE ON NM	67.61	-2.58	-1.79	B3 ON NM	14.73	-0.47	-0.07	CAC 40	7.294,17	-0,27	(21/6)	0,68%	BM&F/grama	R\$ 293,00	Compra: 4,7947	Venda: 4,7953
JBS ON NM	19.34 +4	15 +0.77	SID NACIONALON	13.12	-2.24	-0.30	ITAUUNIBANCOPN EJ N	28.76	-0.19	-0.05	FTSE 100	7.569,31	-0,25	TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
LOJAS RENNERON NM	21.58 +3.	85 +0.80	HYPERA ON NM	44.50	-1.83	-0.83	PETROBRAS ON EDJ N2	34.31	+0.26	+0.09	DAX 30	16.111,32	-0,55	(06/2023)	0,1799%	Compra: 5,2326	Venda: 5,2332	Compra: 4,7933	Venda: 4,9733

MERCADOS

Bolsa cai e dólar sobe às vésperas de decisão de juros do Copom

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) registrou queda ontem impactada por um movimento de realização de lucros, quando investidores vendem ações que se valorizaram rapidamente para efetivar os ganhos com os papéis.

Já o dólar teve um dia de recuperação frente ao real, após ter atingido seu menor valor em mais de um ano, com a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), que vai definir a nova taxa básica de juros brasileira hoje, no radar dos investidores.

Com isso, o Ibovespa (Índice Bovespa) caiu 0,19% ontem, a 119.622 pontos, enquanto o dólar subiu 0,43%, a R\$ 4,797.

A queda do Ibovespa era puxada principalmente pelas ações da Vale e da Petrobras, que caíam 2,75% e 0,78%, respectivamente, em dia de fraqueza das commodities no exterior. Perdas da Embraer (3,06%) e da Braskem (2,45%), que passam por correção após fortes altas nos últimos pregões, também pressionavam a Bolsa

Na outra ponta, a maior alta era da JBS, que subia 3,28% após ter aprovado o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 2,2 bilhões. Ações da BRF e da Renner também apoiavam o Ibovespa, com altas de 3,56% e 2,11%, respectivamente.

A decisão sobre juros no Brasil vem após o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) ter mantido as taxas dos EUA em 5,25% ao ano, em sua primeira pausa no aperto monetário iniciado em março de 2022, o que pressionou o dólar, que vem operando em seus menores patamares em um ano nos últimos pregões.

Nos mercados futuros, os contratos de juros com vencimento em janeiro de 2024 caíam de 13,02% para 12,97%, enquanto os para 2025 iam de 11,13% para 11,04%.

Com isso, os principais índices acionários dos EUA registravam queda. O Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq tinham baixas de 0,90%, 0,78% e 0,56%, respectivamente.

Senado quer criar comitê para evitar desperdício de dinheiro

União (TCU) fará parte do Comitê de Modernização Fiscal, colegiado que deve ser criado caso o projeto de lei que institui o regime fiscal sustentável seja aprovado. O órgão, instinador Omar Aziz, será composto pelos ministros da Fa-Câmara e Senado.

De acordo com o texto, em discussão no Senado nesse momento, o comitê se reunirá pelo menos uma vez por ano para definir diretrizes que aprimorem a governança das finanças federais e tornar as etapas de planejamento, execução e controle do ciclo orçamentário mais transparentes e

O Tribunal de Contas da eficientes para o financiamento de políticas públicas. A ideia é desperdiçar recursos públicos e evitar gastos desnecessários que hoje consomem cerca de 0,5% do PIB.

Na justificativa da emenda, tuído por uma emenda do se- o senador Aziz afirma que um dos maiores desafios para o sucesso do Regime Fiscal Suszenda, Planejamento e Orça- tentável é aumentar a qualidamento, os presidentes do TCU. de da despesa pública, dos gastos tributários e da arrecadação, além da gestão eficiente do patrimônio e da dívida

"A título de exemplo, o TCU tem apontado que vários bilhões de reais têm sido desperdiçados em pagamentos indevidos relativos a benefícios sociais e folha de pessoal", diz no

Roubo

CVM incentiva ligados a fraude da Americanas a fazerem delação

O presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), João Pedro do Nascimento, incentivou os envolvidos na fraude da Americanas que negociem acordos com o órgão a fim de fornecer mais informações sobre o caso. Nesses casos, os delatores podem ter as penalidades reduzidas. "Quero encorajar envolvidos a colaborar com a CVM, contribuir com delações premiadas, na certeza que será olhado com bons olhos pela autarquia", disse ele durante audiência pública da CPI (Comis-

são Parlamentar de Inquérito) da Americanas nesta terça-feira.

A CVM já acumula 16 procedimentos em andamento relacionados à fraude contábil da Americanas. Desses, dois já viraram inquéritos administrativos. Um analisa os problemas dos lançamentos contábeis da companhia. O outro a venda de ações da Americanas por parte de executivos e acionistas da empresa a partir de agosto de 2022, antes de o escândalo da fraude vir à tona e derrubar o valor da companhia em bolsa.

Comissão conclui votação da desoneração da folha até 2027

CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou ontem, em votação suplementar, o projeto de lei que prorroga até o fim de 2027 a desoneração da folha de salários para empresas de 17 setores da economia.

A decisão teve caráter terminativo e, por isso, o texto pode seguir direto para a Câmara dos Deputados. A base do governo Lula (PT), entretanto, pretende apresentar um recurso para que o projeto seja analisado pelo plenário do Senado. A ideia é ganhar tempo e empurrar a votação para o segundo semestre, quando se espera que o arcabouço fiscal e a reforma tributária já estejam aprovados.

O recurso foi apresentado pelo senador Jorge Kajuru (PSB-GO), um dos vice-líderes do governo. Ele tem até cinco dias úteis para conseguir as nove assinaturas necessárias -o que pode ser obtido ontem, já que só a bancada do PT tem 8 membros.

O projeto já havia sido aprovado pela comissão na última terça-feira, mas passou por nova rodada de votação porque o relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), alterou substancialmente o conteúdo da proposta original. Na nova deliberação, as mudanças sugeridas pelo senador Magno Malta (PL-ES) foram rejeitadas.

A decisão representa um revés para o Ministério da Fazenda, que preferia uma discussão ligada à reforma tributária. A pasta é comandada por Fernando Haddad. O impacto potencial sobre as contas é de pelo menos R\$ 9,4 bilhões.

Na última semana, o ministro argumentou que a prorrogação da desoneração da folha viola dispositivos da Constituição. "O próprio Congresso aprovou uma emenda constitucional dizendo que esse tipo de benefício tinha data para acabar (...) A decisão, na minha opinião, viola o dispositivo constitucional. O que nós vamos apresentar é uma outra forma. Nós estamos

elaborando uma proposta para ser encaminhada no segundo semestre", disse Haddad.

A desoneração da folha começou no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações. A medida permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência Social e outras contribuições.

Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto também estende, pelo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação -pela lei atual só vai até de-

TRIBUTÁRIA

Aporte da União em fundo da reforma será menor que R\$ 50 bi

O aporte da União no FDR não chegam aos R\$ 50 bilhões (Fundo de Desenvolvimento Regional), peça-chave para angariar apoio dos estados à reforma tributária, será menor do que R\$ 50 bilhões ao ano, disse ontem o secretário extraordinário da Reforma Tributária no Ministério da Fazenda, Bernard

Segundo ele, os valores ainda não estão fechados, mas, nas discussões internas, as cifras que têm sido relatados por governadores.

"Dos números que eu conheço, nas discussões internas, é um valor menor", disse Appy após participar do evento Reforma Tributária e a Indústria, promovido pelo jornal Correio Braziliense e pelo Conselho Nacio-

O secretário lembrou ainda que, em "qualquer cenário", a

injeção de recursos no FDR será feita de forma progressiva -aumentando a cada ano até chegar ao valor cheio negociado.

O fundo está sendo concebido como uma tentativa de reduzir resistências dos estados e municípios, que, a partir da reforma, não poderão mais definir sozinhos suas alíquotas de impostos. A tributação sobre o consumo seria feita por um IVA (Imposto sobre Valor Agregado)

dual -com uma parcela da União e outra de estados e municípios.

Os governos regionais tampouco poderão conceder benefícios fiscais nos moldes do que é feito atualmente. Por isso, o fundo serviria para assegurar a existência de instrumentos de incentivo à atividade econômica em regiões menos desenvolvidas.

O relatório das diretrizes da reforma tributária sugere que o FDR seja financiado

OPORTUNIDADE

Alckmin diz que reforma tributária precisa ser aprovada 'agora'

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente da República em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, avaliou ontem que a janela de oportunidade para aprovação da reforma tributária é agora, e que o texto, a ser discutido na forma de uma emenda constitucional, tem que ser discutido e aprovado ainda este ano.

"Acho que o presidente (da Câmara dos Deputados) Arthur Lira colocou bem, o debate está

maduro e tem que ser agora, não pode perder o primeiro ano (de mandato). Reforma constitucional, PEC, tem que ser no primeiro ano. Se perder o primeiro ano, você começa a ter dificuldade", afirmou durante evento sobre reforma tributária e indústria, ocorrido em Brasília. Alckmin está no exercício da Presidência da República esta semana, durante viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Europa.

Segundo Alckmin, há uma disposição dos principais agentes políticos do país, incluindo o próprio presidente Lula, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e os presidentes da Câmara e do Senado.

Para o vice-presidente, uma reforma tributária que simplifique drasticamente o recolhimento de impostos vai reduzir disputas judiciais e dar mais competitividade aos produtos industrializados do país. "Se a gente pegar a União Europeia, a discussão jurídica tributária é 0,27% do PIB (Produto Interno Bruno). No Brasil, é quase 20%", observou. Ele chamou o sistema de impostos do país de "manicômio tributário".

O presidente em exercício também defendeu medidas de desburocratização dos negócios e falou da necessidade de o Mercosul ampliar acordos comerciais. "Mercosul só tem acordo com Israel e Egito, é muito isolado", comentou. Alckmin ainda voltou a criticar a taxa de juros do país, que praticamente o Brasil de ser competitivo no exterior.

ANEEL

Energia solar no Minha Casa terá impacto de R\$ 1 bi na conta de luz

Energia Elétrica) pediu o veto dos artigos aprovados na MP (Medida Provisória) do Minha Casa Minha Vida prevendo a instalação de painéis fotovoltaicos nas unidades habitacionais do programa.

O texto aprovado no Congresso prevê um desconto para os valores cobrados aos beneficiários do programa habitacional e a compra compulsória do

excedente de energia gerado nas residências.

A medida foi incluída no texto após pedido do presidente da comissão mista que analisou a MP, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), apurou a Folha de S.Paulo. Braga não respondeu aos questionamentos.

O parlamentar insistiu para que os benefícios fossem mantidos em reunião realizada na manhã do dia em que a MP foi

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

do com duas fontes que estavam

O objetivo das medidas é baratear a conta de luz dos moradores de residenciais do Minha Casa Minha Vida, favorecendo assim a manutenção das famílias nos locais.

De acordo com a Aneel, o desconto para os beneficiários poderem conectar os painéis solares à rede custará R\$

FELIPE SOARES - Diretor

663,24 milhões vem da compra compulsória do excedente de energia gerado pelas uni-

O impacto de R\$ 1 bilhão, prevê a Aneel, será "suportado pelos demais consumidores via aumentos tarifários".

A avaliação está em documento enviado pela agência reguladora ao Ministério de Minas e Energia pedindo o veto.

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro 99539-3634-Vivo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899

São Paulo

Administração - Redação

PAULO DETTMANN - Editor Chefe HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com





Ex-PRF golpista mente em depoimento na CPMI do 8/1

lícia Rodoviária Federal) no governo de Jair Bolsonaro (PL), Silvinei Vasques afirmou à CPMI do 8 de janeiro ontem que a corporação é alvo da "maior injustiça" da história e negou que ela tenha atuado para prejudicar eleitores de Lula (PT) no dia do segundo turno das eleicões.

Primeiro depoente da CPI, Silvinei foi convocado por causa das fiscalizações em rodovias federais no segundo turno das eleições. A suspeita é a de que, sob comando dele, a PRF tenha tentado dificultar a chegada de eleitores do hoje presidente e então candidato Lula

"Isso não é verdade. Porque é no Nordeste brasileiro é que temos nove estados, nove superintendências. Temos a maior estrutura da PRF no Brasil, a maior quantidade de unidades da PRF", afirmou em depoimento.

"Nos estados do Nordeste estão lotados o maior efetivo da instituição (PRF) e lá está a maior malha viária de rodovias federais. O maior número de acidentes e a

iretor-geral da PRF (Po-maior frota de ônibus no Brasil", completou, negando que a corporação tenha tentado atrapalhar

> Desde o ano passado, o ex-diretor da PRF é investigado por três atos, todos relacionados a um possível favorecimento ao ex-presidente Bolsonaro durante a campanha eleitoral. Ele foi exonerado do cargo no dia 20 de dezembro.

Questionado sobre a reunião que ocorreu na sede da PRF dias antes do segundo turno, Silvinei disse que os superintendentes foram proibidos de entrar com celulares e gravadores porque isso é praxe. Ele também negou que tenha escolhido os locais da operação.

"Quem escolheu os locais foram os chefes de delegacias ou os chefes dos serviços de operações. Isso é uma planilha Google, que pode ser auditada por perícia e vai verificar que não foi em Brasília que escolheu os locais onde as viaturas ficariam", declarou.

Além da suspeita em torno da operação da PRF -sobretudo em cidades da região Nordeste—, Silvinei é acusado de ter sido leniente durante o bloqueio de estradas após a vitória de Lula, e declarou voto em Bolsonaro na véspera do segundo turno.

Sobre postagem em rede social, ele afirmou que "é normal na PRF os policiais terem um candidato". "Eu postei. Como começaram algumas críticas da imprensa, eu fui lá e apaguei. Mas era a minha rede social, no sábado, com meu celular e usando a minha internet.'

Silvinei disse à CPI que não tem "nenhuma relação íntima" com Bolsonaro, que pediu para tirar fotos com ele porque os demais ex-presidentes não deixavam, e que o cargo nunca foi usado em benefício de nenhum

A sessão chegou a ser suspensa por 15 minutos após um bate-boca generalizado. Interrompida diversas vezes enquanto interrogava o depoente, a relatora dos trabalhos, Eliziane Gama (PSD-MA), mandou o deputado federal Éder Mauro (PL-PA) calar a boca.

"Vá gritar em outro lugar, aqui não. Cale sua boca. Respeite essa comissão. Cale a boca. Não vou aceitar isso na comissão", afirmou a senadora, reclamando que Mauro não é nem sequer membro da CPI mista.

A oposição protestou quando a relatora perguntou se Silvinei havia sido condenado por ter agredido um frentista que não quis lavar sua viatura. Depois de se fazer de desentendido, o policial admitiu que foi condenado em primeira instância, e disse que está recorrendo com a consciência "tranquila".

Com o depoimento de Silvinei, a base de Lula na CPI quer trazer Bolsonaro e o ex-ministro da Justiça Anderson Torres para o centro das investigações. Com a vitória de Lula, Torres voltou a ser secretário de segurança pública do Distrito Federal e estava à frente da pasta em 8 de janeiro.

A CPI também aprovou nesta terça-feira a convocação do exministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) Gonçalves Dias, do ex-chefe da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) Saulo Moura da Cunha e do coronel do Exército Jean Lawand Junior.

Oposição e segmentos sociais protestam contra Plano Diretor

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

Movimentos sociais e vereadores que fazem oposição ao prefeito Ricardo Nunes realizaram, na tarde desta tercafeira, uma passeata contra o projeto de lei (PL) que revisa o Plano Diretor Estratégico da capital paulista. O protesto começou na Praça da República, no centro, e foi até a Câmara dos Vereadores, onde o PL será apreciado, em votação definitiva, na próxima sexta-feira.

O texto original, elaborado pela prefeitura, foi encaminhado à Câmara em março e passou por debates em dezenas de audiências públicas. Poucos dias antes da votação em primeiro turno, o relator da matéria, vereador Rodrigo Goulart (PSD), apresentou um texto substitutivo ao original. O novo texto foi aprovado pelo plenário da casa no dia 31 de maio.

Organizações da sociedade civil e movimentos sociais criticaram o fato de o documento ter sido apresentado poucos dias antes da votação, sem tempo para amplo debate pela sociedade. Na segunda-feira, o presidente da Câmara, Milton Leite (União Brasil), anunciou que a votação definitiva do projeto, originalmente marcada para hoje, será nesta sexta-feira. Segundo o vereador, o texto também sofreu mudanças, o que foi considerado um recuo pela oposição, e novas audiências públicas serão realizadas até o dia da votação final.

Na manifestação de ontem, o coordenador da Central dos Movimentos Populares (CMP), Raimundo Bonfim, reclamou da falta de participação na elaboração do novo PDE. "Eles estão diminuindo um pouco os impactos do retrocesso desse substitutivo apresentado pelo relator, que aliás é um substitutivo que não teve participação popular. O projeto que veio do Poder Executivo teve algum nível de participação popular, mas, na medida em que o relator do substitutivo apresenta uma nova proposta para ser debatida em uma semana, cadê a participação popular?", questionou.

A vereadora Silvia da Bancada Feminista (PSOL) defendeu a votação do PL somente no segundo semestre, após maior participação da sociedade civil. "Queremos adiar a votação para o segundo semestre com um processo mais qualificado de debate com a cidade e, principalmente, com os movimentos sociais, em relação ao plano diretor", disse Silvia.

RETROCESSO

Para a vereadora, o novo texto do plano diretor é um retrocesso em comparação ao plano original, de 2014. "Os recuos não estão nítidos, a gente ainda não viu o texto, o texto ainda não foi publicado. Mas, no plano diretor original, de 2014, por exemplo, o avanço das regiões de adensamento são 600 metros do metrô. No substituto, subiu para 1.000 metros e, agora, baixou para 800. Ou seja, em relação ao plano diretor original, há um retrocesso, porque de 600 metros vai passar para 800 metros", ressaltou.

Para o ex-vereador e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Nabil Bonduki, relator do plano diretor de 2014, as alterações no PL anunciadas ontem, e que devem ser conhecidas em detalhes hoje, ainda não são suficientes.

"O recuo que eles anunciaram ontem é necessário, mas não é suficiente. Ele continua garantindo que prédios sem limite de altura se espalhem por toda a cidade, continua transformando as áreas que são de transporte coletivo em áreas da elite, sem democratização do solo", afirmou.

Lula veta parte de mudanças e devolve atribuições a Marina

O presidente Lula (PT) vetou ontem mudanças aprovadas pelo Congresso na MP (medida provisória) que estruturou a Esplanada e devolveu atribuições aos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e do Meio Ambiente, Marina Silva.

O chefe do Executivo reverteu a transferência das atividades de inteligência do Executivo federal da Casa Civil para o GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

O movimento dos parlamentares de transferir essa responsabilidade para o GSI havia sido visto pelo Palácio do Planalto como um recado de insatisfação com o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Lula também vetou o dispositivo aprovado pelo Congresso que transferia a Política Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional.

A mudança foi aprovada devido à articulação do centrão e da bancada ruralista para esvaziar Marina Silva, vista como entrave para implementação de políticas para o agronegócio.

CPI do MST da Câmara aprova-

ram em sessão ontem a convo-

cação de João Pedro Stedile,

uma das principais lideranças

do MST (Movimento dos Traba-

lhadores Rurais Sem Terra), pa-

ra prestar depoimento aos par-

lamentares. Também foi apro-

vada a convocação de José Rai-

nha, líder da FNL (Frente Nacio-

nal de Lutas Campo e Cidades).

Inicialmente, estava prevista

CÂMARA

O CAR (Cadastro Ambiental Rural), que também foi alvo de deputados ligados ao agronegócio, foi mantido por Lula longe do alcance de Marina e sob a responsabilidade do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, chefiado por Esther Dweck, conforme aprovado pelo Congresso.

Na avaliação de líderes da Câmara ouvidos pela reportagem, ainda é cedo para discutir qual será a reação do Congresso aos vetos de Lula. Nas palavras de um la minimizam o veto e dizem deles, é preciso ainda sentir a temperatura entre os deputados, e ainda não há previsão de quando os vetos serão avaliados.

Lula foi alvo de críticas pelo fato de a articulação política do governo não ter priorizado nas negociações com o Legislativo a manutenção da pasta de Meio Ambiente fortalecida.

A preservação da natureza se tornou uma das principais bandeiras do petista em seu terceiro mandato, principalmente em agendas internacionais. Na mensagem enviada ao Congres-

convocar o ministro da Casa Ci-

vil, Rui Costa, mas ele foi retira-

do de pauta após atuação de

membros do governo Lula (PT)

parlamentares da base do go-

verno conversaram com o rela-

tor e o presidente da CPI, Ricar-

do Salles (PL-SP) e Tenente Co-

ronel Zucco (Republicanos-RS),

respectivamente, na tentativa de

Antes de a sessão começar,

e de líderes da Câmara.

CPI do MST convoca Stedile, mas

preserva Rui Costa após ação da base

so. Lula diz que os vetos seguiram orientação do Ministério do Meio Ambiente e que a questão da política de recursos hídricos é uma competência da política

Articuladores políticos de Lula no Congresso afirmam que o Palácio do Planalto espera que os vetos sejam mantidos, pois líderes foram consultados sobre o as-

Mesmo em relação às atividaes de inteligência, aliados de Luacreditar que não haverá ruído com o Congresso. Interlocutores do petista afirmam que, desde o começo, não havia compromisso de sanção desse ponto.

O Executivo afirmou que fez o veto para evitar conflito de competência, uma vez que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) está na Casa Civil.

Rui entrou na mira de parlamentares por centralizar as decisões da Casa Civil, segurando nomeações e também se colocando como um entrave dentro do Planalto para a liberação de

acordo sobre a questão. Um dos

vice-líderes do governo, Alencar

Braga (PT-SP), foi escalado para

rou, houve um movimento de lí-

deres da Câmara junto aos

membros da CPI, desde segun-

da-feira, para que esse requeri-

mento não fosse apreciado na

movimento deveria ser feito pa-

Líderes avaliavam que esse

Segundo a reportagem apu-

atuar nas conversas.

Ele ainda passou a ser criticado, mesmo internamente no governo, por tentar atropelar via decreto mudanças feitas pelo Congresso no Marco do Saneamento, o que resultou na maior derrota legislativa sofrida por Lula até o momento neste mandato.

O recado partiu principalmente de lideranças do PSDB e da União Brasil, incluindo o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), adversário de Rui na Bahia.

Elmar confirmou à reportagem que participou do esforço para retirar o controle das atividades de inteligência da pasta do conterrâneo. "(A Abin) Não cabe na Casa Civil", disse.

Apesar da pressão, Lula segue dando a Rui carta branca para tocar a gestão do governo. Integrantes do Palácio do Planalto afirmam também que faz parte da estratégia de Lula deixar o ministro da Casa Civil na linha de frente para que os ataques se concentrem nele e não respinguem no próprio presidente.

ra preservar o governo Lula (PT),

uma vez que a participação de

Rui na comissão poderia ser usa-

da para desgastar o Executivo

em meio à queixas da articula-

ção do Planalto entre parlamen-

tares —o ministro vem sendo al-

entanto, a possibilidade de con-

vite ou convocação do ministro

Rui Costa poderá voltar à mesa

da CPI mais adiante.

De acordo com relatos, no

vo de críticas dos deputados.

PM envia à Justiça imagens registradas de homem amarrado

encaminhado para a Justiça de São Paulo as imagens registradas durante a prisão de um homem negro que foi amarrado por agentes da corporação depois de supostamente ter furtado duas caixas de bombom de um mercado na Vila Mariana, zona sul da capital.

O caso ocorreu no último dia 4. O suspeito, que tem 32 anos, segue preso em um Centro de Detenção Provisória. A juíza do caso, Gabriela Marques da Silva Bertoli, solicitou os vídeos no dia 12 de junho e deu à corporação prazo de cinco dias para o envio das imagens.

De acordo com a SSP (Secretaria da Segurança Pública), o material foi enviado no dia 16 para o e-mail da Divisão de Processamento de Inquéritos Policiais, localizada no Fórum Criminal da Barra Funda. A pasta ressalta, contudo, que o Poder Judiciário tem acesso irrestrito às imagens das câmeras corporais usadas pela polícia, quando julgar necessário à Instrução Criminal, conforme previsto pela regulamentação do Programa Olho Vivo.

Em nota, a Polícia Militar lamentou o episódio e afirmou que a conduta dos policiais não é compatível com o treinamento e os valores da instituição. Foi instaurado um inquérito para apurar o caso, e seis policiais foram afastados preventivamente das atividades operacionais.

Em conversa com a Folha de

A Polícia Militar afirma ter S.Paulo no dia 8, o advogado José Luiz de Oliveira Junior, que defende o suspeito preso, disse que seu cliente estava com fome

ao cometer o crime. "O furto foi famélico. Ele queria comer", disse o advogado. "Óbvio que a atitude (furto) deve ser condenada. A conduta é condenável, mas ele não tem de ficar preso, não por isso e da forma como ele foi humilhado."

Os PMs envolvidos no caso disseram ter amarrado o suspeito porque ele teria resistido à abordagem e os ameaçado. A informação consta no boletim de ocorrência registrado no 27° DP (Campo Belo).

"A prisão é totalmente ilegal se ela não é feita de acordo com o procedimento que deve se fazer. Não é porque o cachorro te morde que você vai morder o cachorro, isso não existe", continuou o advogado.

Para a defesa, havia possibilidade de imobilizar o homem sem o uso de cordas. "Eles poderiam ter feito a ação chamada dupla algema no pé. Você põe uma algema em cada um dos pés e anexa essas duas algemas. Ele pode ir andando. Mesmo se ficar esperneando, não tem como correr", explicou.

Oliveira Junior disse também ter havido excesso na análise do caso pelo delegado, que autuou o suspeito por crimes como associação criminosa e corrupção de menor -um adolescente que supostamente estaria junto, o que aumentou a pena prevista.

Nota

ENTIDADES FAZEM PETIÇÃO PARA DEFENDER **INELEGIBILIDADE DE BOLSONARO**

Parlamentares e entidades da sociedade civil anunciaram ontem que entregaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma petição com mais de 150 mil assinaturas virtuais para defender a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro. A mobilização foi promovida por 21 entidades, entre elas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

(Abong), Observatório Político e Eleitoral (Opel), além das deputadas

Deputados que integram a a votação de requerimento para

Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Talíria Petrone (PSOL-RJ). Segundo as entidades, o ex-presidente divulgou informações falsas sobre o processo eleitoral a atacou as urnas eletrônicas. Amanhã, o TSE vai julgar o processo aberto contra Bolsonaro após a reunião com embaixadores, realizada em julho do ano passado, no Palácio da Alvorada, para descredibilizar o sistema eletrônico de votação. Se for condenado, Bolsonaro ficará inelegível por oito anos e não poderá disputar as próximas eleições. Durante a tramitação do processo, a defesa de Bolsonaro argumentou que o caso não poderia ser julgado pela Justiça Eleitoral.

Rio de Janeiro/Mundo

GOLPE DE CONSÓRCIO

Justiça solta jovem presa durante entrevista de emprego

soltura da jovem que, segundo a família, acabou presa enquanto passava por uma entrevista de emprego. Outras 13 pessoas tam-

Lívia Ramos de Souza, de 19 anos, foi presa em operação policial contra golpe de consórcio de veículos no centro do Rio. Segundo a família, ela foi até o local para se candidatar a uma vaga. No dia, 18 pessoas foram presas.

Ao todo, 14 pessoas tiveram a prisão preventiva convertida em medidas cautelares, como comparecimento periódico em juízo, proibição de contato com outros investigados, além de proibição de se ausentar da Comarca.

A Justiça também determinou que os envolvidos não trabalhem para empresas que ofereçam os mesmos serviços sobre a qual teve

√ CANTAREIRA

A Justiça do Rio determinou a início a investigação. A decisão é do desembargador José Muiños Piñeiro Filho, da 6ª Câmara Criminal. "Verificando que a decisão impugnada, embora fundamentada, se alicerçou em contextos, em tese, genéricos, a exemplo dos riscos para instrução criminal sem prova efetiva disso; risco para a ordem econômica e social, não encontram base sólida para afrontar o direito de liberdade", afirma a

decisão da Justiça do Rio. Na internet, a Icon Investimentos se autodenomina uma empresa especializada em consórcio mas, segundo a Polícia Civil, eles praticavam golpes com anúncios de carros, motos e caminhões inexistentes. A corporação explicou que as prisões ocorreram após investigação motivada por registros de diversas vítimas.

Advogada da empresa, Tânia

Faial, afirmou que a Icon Investimentos é idônea, que todos são inocentes, e que "tudo será provado".

O QUE ACONTECEU?

Cristiane Pinto Ramos, mãe de Livia, disse que a jovem estava desempregada e em busca de uma nova oportunidade de trabalho. Assim que viu a vaga de emprego na internet, decidiu no mesmo dia ir até o local para se inscrever e pegar mais informações.

Segundo a Cristiane, ela chegou às 10h, se candidatou e, no mesmo momento, a empresa pediu para que ela fizesse um treinamento no computador. A vaga seria para vender consórcios com direito à comissão em cima das vendas. "Minha filha tinha acabado de sair de um contrato de um ano como jovem aprendiz.

CANTAREIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Fechada CNPJ nº 20.732.109/0001-20 NIRE 33.3.0034231-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA SÉRIE ÚNICA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CANTAREIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "<u>Debenturistas</u>") da série única da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única da Cantareira Transmissora de Energisa S.A. ("Emissão" "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1º (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Unica, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cantareira Transmissora de Energia S.A.", celebrada em 6 de dezembro de 2017, entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme aditada ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente) para se reunirem em primeira convocação, no dia 27 de junho de 2023, às 15:00 horas, em Assemblaia Garal de Debenturistas ("AGD"), a ser realizado de modo acclusivamente digital, sem prejuíza de Assembleia Geral de Debenturistas ("<u>AGD</u>"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma "Microsoft Teams", com o *link* de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos Debenturistas habilitados, nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("<u>Resolução CVM 81</u>"), para deliberar sobre as seguintes ORDENS DO DIA

(1) consentimento prévio para a realização de operação que resulte em alteração de controle acionário direto de uma das fiadoras da Emissão, qual seja a Companhia Paranaense de Energia – Copel ("Copel"), e, portanto, do controle acionário indireto da Companhia, em razão da potencial transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (corporação), transformação essa a ser realizada envolvendo oferta pública de distribuição de ações ordinárias e/ou certificados de depósito de ações (units) de emissão da Copel ("Potencial Operação"), de modo que a Potencial Operação não configure um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Cláusula 4.1.2 (xxvi) da Escritura de Emissão.

(2) autorização para o Agente Fiduciário praticar, em conjunto com a Companhia, todos os demais atos eventualmente necessários de forma a refletir as deliberações tomadas de acordo com o item (1) acima. Em contrapartida pelos consentimentos prévios solicitados nos termos deste edital de convocação, poderá ser deliberado na AGD o pagamento de contraprestação econômica aos Debenturistas relativa a cada consentimento, nos prazos, montantes e formas a serem definidos de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas na

AGD, por meio do pagamento de waiver fee, sendo certo que tal contraprestação econômica estará condicionada ao sucesso da Potencial Operação. Informações Gerais

Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão solicitar o cadastro para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos luiz.leite@ celeogroup.com, ri@copel.com e af assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("<u>Cadastro</u>"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do debenturista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo.

Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website https://www.celeogroup.com/?lang=pt-br, bem como no website ri.copel.com e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Companhia e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos luiz.leite@celeogroup.com, ri@copel.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.

Nos termos dos artigos 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto.

O representante do debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital.

Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora

deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferido.

As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014).

Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o debenturista receberá, até 24 horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Microsoft Teams"

Caso determinado debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio dos e-mails <u>luiz</u> <u>leite@celeogroup.com</u> e/ou ri@copel.com, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelos e-mails <u>luiz.leite@celeogroup.com</u>, <u>ri@copel.com</u> e/ou pelo telefone (41) 3331-4011, ou com o Agente Fiduciário, por meio do e-mail <u>af.assembleias@oliveiratrust.com.br</u> e/ou pelo telefone (21) 3514-0000. A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparece fisicamente á AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital

Na data da AGD, o link de acesso à plataforma "Microsoft Teams" estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência.

Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da

plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos, preferencialmente, em <u>até 60 (sessenta) minutos</u> antes do início da AGD, conforme artigo 72, § 2º, da Resolução CVM 81.

Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessa o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada conforme disposto no artigo 71, §4º, II, da Resolução CVM 81

Este edital de convocação se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://webapp.oliveiratrust.com.br), da Companhia (https://www.celeogroup.com/?lang=pt-br), da Copel (<u>ri.copel.com</u>) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos

significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 19 de junho de 2023 **Luiz Carlos Leite**

Diretor Administrativo Financeiro

Julio César de Castro Martins Diretor Presidente



França vai anunciar cumprimento de US\$ 100

bilhões para o clima

m acerto de contas deve abrir a Cúpula do Novo Pacto de Financiamento, a ser promovida pelo governo da França amanhã e sexta-feira. Já na cerimônia de abertura, os franceses devem anunciar o cumprimento da promessa de destinar US\$ 100 bilhões para ações climáticas nos países em desenvolvi-

Feita em 2009 pelo bloco desenvolvido, a promessa de arrecadação inclui esforços do setor privado e tinha como prazo o ano de 2020. A partir desse ano, a previsão é de que a destinação de US\$ 100 bilhões para o clima se tornaria anual -algo que os países ricos ainda não preveem cumprir.

De acordo com fontes do governo francês, o montante já foi recentemente completado pelo bloco rico. No entanto, falta um sinal verde dos americanos para se confirmar o tom do anúncio em Paris, que ainda pode ser feito de forma menos conclusiva, como uma previsão de cumprimento do valor até a COP28 do Clima, em no-

A cúpula convocada por Macron para debate do financiamento climático por líderes mundiais terá a presença do presidente Lula (PT) a partir desta quinta-feira.

A retomada da confiança entre os blocos desenvolvido e em desenvolvimento é a principal razão para o anúncio no início da cúpula, ainda de acordo com o governo francês, que não vê viabilidade para engajar os países em uma discussão sobre inovações no financiamento global sob a baixa credibilidade com que o bloco desenvolvido tem sido visto pelos países em desenvolvimento.

Isso porque a falta de cumprimento da promessa feita em 2009 tem sido lembrada recorrentemente pelos países em desenvolvimento e motivado diversas travas em negociações sobre mudanças climáticas e biodiversidade. Sem garantia de financiamento, os países em desenvolvimento, em retorno, passaram a retardar as negociações sobre ações climáticas.

O contexto de avanço econômico chinês e a Guerra da Ucrânia também reforçam a necessidade de reconstrução da confiança do Ocidente com países em desenvolvimento que, em regiões como África e América Latina, ficam sob a disputa das influências da China, de um lado, e de americanos e europeus de outro.

A liderança climática sinalizada pela França com a articulação para a Cúpula do Novo Pacto de Financiamento também gera disputa por protagonismo dentro do bloco desen-

A reportagem apurou que a possibilidade de adiar para o final do ano o anúncio sobre a completude dos US\$ 100 bilhões seria uma forma de compartilhar o protagonismo climático com outras lideranças do bloco desenvolvido, como os Estados Unidos e a

A Cúpula do Novo Pacto Global deve reunir mais de cem chefes de Estado nesta semana em Paris para mesas redondas de debates e dezenas de eventos paralelos que vão discutir propostas de reforma do financiamento em instituições multilaterais e bancos de desenvolvimento. O objetivo do encontro é direcionar investimentos para políticas de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento, com foco nos mais vulneráveis.

O evento terá seis mesas redondas ao longo da quinta-feira e uma plenária de resumo das discussões na sexta pela manhã. As propostas colhidas ao longo das discussões terão seguimento nos próximos fóruns de líderes globais, como o G20 e a COP28.

Além de sinalizações e propostas de bancos de desenvolvimento, governos e empresas, a cúpula também deve anunciar um compromisso conjunto de instituições financeiras globais, como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), sobre uma reforma do financiamento que contemple a crise climática e a vulnerabilidade dos países atingidos por catástrofes.

ORIENTE MÉDIO

Ataque do Hamas mata 4 israelenses após mortes de palestinos na véspera

quatro pessoas e deixou outras quatro feridas ontem -uma resposta à agressão das forcas de Israel na última segunda-feira, segundo o grupo Hamas. A operação na véspera, em Jenin, matou seis palestinos e feriu mais de 90.

O novo episódio tensiona ainda mais a região, que vê um aumento da violência nos últimos meses.

Desde o início do ano, pelo menos 166 palestinos, 21 israelenses, um ucraniano e um italiano morreram no conflito, de acordo com uma contagem da agência de notícias AFP com base em fontes oficiais de ambos os lados.

As tensões na região aumentaram após a morte, no mês passado, de Khader Adnan, líder do Jihad Islâmico, por greve de fome. Ele estava preso sob a custódia de Israel e era acusado de incentivar verbalmente a violência. Autoridades israelenses afirmam que o militante havia recusado consultas médicas e tratamento, mas organizações de direitos humanos dizem que a morte poderia ter sido evitada.

No ataque desta terça, homens armados abriram fogo no restaurante de um posto de gasolina na beira de uma estrada perto do assentamento de Eli, disseram os serviços de emergência. Uma das vítimas fatais era um estudante de ensino médio, segundo o Ministério das Relações Exteriores.

O grupo islâmico Hamas disse que os dois atiradores eram membros de seu braço armado. Um foi morto a tiros por um civil no local e o segundo, pelas forças de segu-

Um ataque a tiros matou rança israelenses que o localizaram depois da fuga, de acordo com as autoridades.

> "Quando cheguei ao posto de gasolina, vi o terrorista indo para um carro em que um homem estava sentado. Ele atirou nele", disse de uma cama no hospital Morel Nicker, 28, que faz parte da equipe de segurança de Eli. Após ver a cena, Nicker disse que trocou tiros com o agressor. "Não parei de atirar até ele deixar de

se mover." O premiê Binyamin Netanyahu, que lidera o governo mais à direita da história de Israel, afirmou que "todas as opções estão abertas" para responder ao ataque --o ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, advoga por uma operação militar generalizada e encorajou os colonos judeus a portar uma arma.

"Já provamos nos últimos meses que vamos acertar as contas com todos os assassinos, sem exceções", disse Netanyahu em um comunicado em vídeo horas após a agressão. "Qualquer um que nos prejudicar vai para a prisão ou para o túmulo. Esse também será o caso agora." As tropas israelenses lançaram uma operação para procurar outros suspeitos.

Quase 3 milhões de palestinos vivem na Cisjordânia, território ocupado por Israel desde 1967.

Convivem com eles cerca de 490 mil israelenses, estabelecidos em colônias consideradas ilegais pelo direito internacional, segundo a ONU.

O Hamas, que controla a Faixa de Gaza e tem uma rede de combatentes em toda a Cisjordânia, descreveu o ataque como uma resposta "heróica" à operação israelense da véspera e disse que a agressão pode anteceder mais ações que vão "transformar a vida de soldados e colonos em um pesadelo".

A princípio, as autoridades palestinas relataram cinco mortes em decorrência da operação de Israel em Jenin, mas as autoridades atualizaram o número de mortos para seis nesta terça. Amjad Aref Fayyad Abou Jaas, de 48 anos, morreu por "ferimentos críticos no abdômen no bombardeio da ocupação". Ele foi coberto por uma bandeira palestina durante seu funeral em uma mesquita, que contou com a presença de dezenas de

Israel também matou um membro palestino do Jihad Islâmico na noite de segunda, no sul da Cisjordânia ocupada. Zakaria Mohamed al Zaoul, de 20 anos, foi atingido perto de Belém, disse em nota o Ministério da Saúde

O exército israelense afirmou que suas tropas estavam realizando "atividades de rotina" na cidade quando "um suspeito jogou coquetéis molotov" contra elas. "Os soldados responderam com fogo real."

Iá a agência de notícias palestina Wafa informou que os militares usaram munições, gás lacrimogêneo e granadas de luz durante confrontos com jovens palestinos.

As negociações de paz mediadas pelos Estados Unidos entre os dois lados entraram em colapso em 2014 e não mostram sinais de recuperação.